

**HABEAS CORPUS Nº 537.314 - SP (2019/0297411-2)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DIOGO DE PAULA PAPEL**  
**ADVOGADO : DIOGO DE PAULA PAPEL - SP345748**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : TAYLOR PORDENCIANO MAURO PEREIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de TAYLOR PORDENCIANO MAURO PEREIRA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim fundamentado (fl. 54):

Portanto, a solução que se impõe adotar é o conhecer em parte a ordem e, na parte conhecida, concedê-la em parte para assegurar ao paciente o direito a um novo interrogatório após a inquirição de toda as testemunhas, ficando ela denegada na parte conhecida que remanesce.

Consta dos autos que o paciente teve prisão preventiva decretada em 7/4/2019 pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta, em suma, excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer seja o paciente colocado em liberdade, com ou sem aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Solicitem-se informações, em especial sobre o andamento da ação penal, com o envio da senha de acesso aos autos no primeiro grau.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

